

Mobilização da categoria mantém ACT na CEB



Reivindicações da categoria, embate, inflexibilidade da direção da empresa e greve. Assim foi a Campanha Salarial na CEB durante as negociações.

Foram necessários 18 dias de paralisação para que a direção da CEB entendesse que não se mexe em direito de trabalhador. Com muita resistência, empresa cede à mobilização da categoria e mantém ACT sem retrocesso.

Proposta aprovada ainda está muito aquém das expectativas dos trabalhadores e trabalhadoras. **P. 04**



PRIVATIZAÇÃO

Projeto do senador José Serra (PSDB-SP) propõe a venda de todas as empresas públicas no Brasil. Seja em nível federal, estadual e municipal qualquer empresa estatal poderá ser vendida.

Para especialistas, seria terrível para o País um cenário de privatização total. Cerca de 120 empresas estariam em risco, caso o PL 555/15 seja aprovado. **P. 05**



ENTREVISTA

Estamos elevando a nossa Federação a um nível acima, destaca a diretora do STIU-DF, Fabiola Antezana, sobre o processo de criação da Confederação Nacional dos Urbanitários (CNU).

“Por ser Federação, a FNU apresenta algumas limitações. Leis que prejudiquem a categoria só uma Confederação pode entrar com Adin no STF”, explica. **P. 03**

SETOR ELÉTRICO

P.5

Por que as tarifas de energia estão caras? A privatização explica.

VISÃO STIU-DF

P.6

É preciso reestatizar as empresas privatizadas e não privatizar mais.

DISTRIBUIDORAS

P.7

Celg continua no PND e distribuidoras estão na mira da privatização.

CULTURA

P.8

Festival de curta metragem de Brasília começa dia 17.

PALAVRA DO DIRETOR

A crise é política



Arthur Caetano

Algumas notícias recentes nos parecem corretas no sentido de que a crise brasileira é política e não econômica. Em setembro, tivemos o maior superávit desde 2011 e o acumulado no ano é de US\$ 10,2 bilhões. As ações da Petrobras estão em alta, a Ambev teve lucro de R\$ 3 bi no terceiro trimestre de 2015 e nesse mesmo período o Itaú acaba de

anunciar lucro líquido de quase R\$ 6 bilhões. Altas de 6% e 10%, respectivamente.

Apesar disso tudo, o deus mercado, os analistas financeiros e a mídia repetem diariamente, assim como a oposição, a insistente tese de que se a presidenta Dilma fosse removida do cargo para o qual foi eleita, por bem ou por mal, os problemas econômicos do País se resolveriam. Ou, no mínimo, seriam menos graves. Dessa forma, concluímos que o problema realmente não é econômico e sim político.

O governo pode ter errado a mão em alguns pontos na economia e ter sido inábil na condução política. Mas não é culpa sua a crise política. E, se subscrevermos a tese de que a "crise é política", não seria dele a responsabilidade pelas atuais dificuldades econômicas.

Neste final de outubro, completa um ano da vitória de Dilma na última eleição, em meio a mais longa e grave crise política do Brasil. Esta instabilidade política é fruto do inconformismo da oposição, que não aceita o resul-

tado eleitoral. E suas lideranças se deixam conduzir pelo que há de mais retrógrado, preconceituoso e burro na sociedade.

Para fragilizar o governo, certos líderes oposicionistas fazem um jogo nefasto ao País. E com o apoio da mídia difundem um clima de pânico na opinião pública, levando os brasileiros a expectativas irracionais a respeito da economia, como mostram diversas pesquisas recentes, agravando os problemas existentes.

Essa crise política está na raiz da crise econômica. E nenhum dos segmentos da oposição se preocupa com o custo social dessa estratégia. Enquanto fazem esse jogo, a população perde renda e emprego, é forçada a conter projetos e a adiar sonhos.

Mas ao que parece, estão provocando muito prejuízo à toa. Nem Dilma vai sair antes da hora, nem conseguirão sepultar a chance de vitória do PT em 2018.

Boa leitura!

CURTAS

Distritais aprovaram a extensão do programa Nota Legal para abastecimentos em postos de combustíveis. O projeto segue para sanção. Se Rollemberg for rápido, os consumidores podem contabilizar os créditos ainda este ano.

O GDF atrasou o pagamento do 13º salário dos servidores e servidoras públicos do DF, que fizeram aniversário em novembro. O governo promete pagar apenas na véspera do Natal. A Lei Complementar 840/11 define que o 13º salário deve ser pago "no mês de aniversário do servidor".

Acusado de possuir conta bancária US\$ 5 milhões na Suíça, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que também foi indiciado pelo procurador geral da República, abriu processo de impeachment contra Dilma. Cunha reagiu após saber que petistas votariam pela sua cassação.



O programa é exibido todo dia na TV Comunitária de Brasília, no canal 12 da NET. Você também pode ver em nosso canal no YouTube.

EXPEDIENTE

STIU - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Distrito Federal

Sede: SCS - Quadra 6 - Bloco A - Edifício Arnaldo Vilares - 7º andar - CEP: 70324-900

Jornalista Responsável: Henrique Teixeira

Equipe: Roberta Quintino, Filliph Ferraz e Hanri Benício.

Fotos: Assessoria de Comunicação do STIU-DF

Arte de Capa: Eduardo Pinto

Edição Eletrônica: Hanri Benício.

Tiragem: 3.500 exemplares

Contato: comunicacao@stiu.org.br

(61)3226-7036

(61)3226-5752

sindicato
@urbanitariosdf.org.br



Diretoria Colegiada: Alairton Gomes de Farias, Aline Rodrigues de Oliveira, André Luis dos Santos, Arthur Emilio Oliveira Caetano, Carlos Roberto Carvalho Campos, Carlos Yassuo Sudo, Cleiton Moreira de Faria, David Gomes de Oliveira Santos, Edgar Mendes Oliveira, Edy Carlos Dalóco, Elve Lucas Barbosa Cubas, Elvídio Cândido de Sousa Filho, Ernane Lima Alencar, Fabiola Latino Antezana, Flávio Henrique Gadbem Figueirôa, Francisco de Assis Moura dos Santos, Germiniano Lustosa Neto, Givaldo Romão da Silva, Hadriel Costa Miranda, Íkaro Chaves Barreto de Sousa, Josafá Oliveira Guimarães, José Daldegan Júnior, José Edmilson da Silva, Maria Luísa Nunes da Cunha, Maria Teresa Cortes Bona, Marizete das Dores Sousa, Roberto Lucena, Sidney Lucena Araújo, Victor Frota da Silva, Wandyr de Oliveira Ferreira.

Conselho Fiscal: Antônio Maria Claret Pires, Cleriston Machado Meira, Fernando Luiz Pereira Kamiguchi, Jaime Soares da Luz, Pascoal Pereira Andrade e Rivaldo Gomes de Alcantara.

MANDOU BEM



Joaquim Corsino sustentou a família toda ao longo da vida com a profissão de

pedreiro. Aos 63 anos, conseguiu se formar em Direito. Para realizar esse sonho pedalava 42 quilômetros todos os dias para ir e voltar da faculdade.

MANDOU MAL



Só este ano, o governador Rodrigo Rollemberg tentou, por duas vezes, iniciar um

processo de privatização da CEB, Caesb, BRB e Terracap. Nas duas tentativas, o GDF teve que recuar, devido à pressão da classe trabalhadora na Câmara Legislativa.

Setor elétrico na mídia

MP 688

Risco hidrológico

O diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, afirmou que as ações judiciais movidas pelas geradoras a fim de não arcar com o chamado risco hidrológico acabaram por "engessar" o mercado de liquidação de energia. Na véspera, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) precisou suspender o pagamento de créditos no mercado de curto prazo porque mais agentes do setor conseguiram na Justiça o direito de não bancar essa conta. Sem o pagamento dos débitos, não foi possível repassar os valores aos credores. (G1, 10/11/2015)

Hidrelétricas I

A compensação proposta pela Aneel para as hidrelétricas que tiveram perdas de faturamento neste ano devido à seca poderá elevar o lucro líquido das empresas do setor de até R\$ 1,5 bi em 2015, segundo nota técnica do órgão regulador. (UOL, 03/11/2015)

Hidrelétricas II

O resultado do leilão das 29 usinas relicitadas garantiu a integralidade de arrecadação do governo federal em termos do bônus de outorga que somará R\$ 17 bilhões. Diante do deságio médio de 0,32% o preço médio da energia negociada passou de R\$ 125,34/MWh para 124,88/MWh. Apesar disso, o governo não acredita na elevação do custo para o consumidor mesmo diante de um valor de cotas que era praticado na casa de R\$ 36/MWh. (Canal Energia, 25/11/2015)

SEJA AMIGO(A) DO SINDICATO NAS REDES SOCIAIS

<http://twitter.com/urbanitariosdf>

<http://www.facebook.com/sindicato.urbanitarios>

ENTREVISTA

PARTICIPAÇÃO: Categoria está prestes a criar a Confederação Nacional dos Urbanitários.

CNU terá maior amplitude de atuação junto à categoria urbanitária

A Confederação Nacional dos Urbanitários (CNU) está prestes a ser criada. Só falta regularizar algumas formalidades. Segundo a diretora do STIU-DF, Fabiola Antezana, a CNU nasce para ser uma entidade com “toda a legitimidade de questionar medidas que ataquem as empresas estatais”. Nesta entrevista, ela explica o processo de criação e a importância da CNU.

A categoria urbanitária em todo o País está se reorganizando para ter uma confederação que represente, de fato, os seus anseios. Hoje, essa representação é feita pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), entidade com leque de atuação muito amplo e que já atuou contra os interesses dos urbanitários.

Em dezembro de 2012, quando o Congresso Nacional aprovou a Lei 12.740, a CNTI atuou para alterar as regras da periculosidade. A mudança foi um grande retrocesso para os trabalhadores e trabalhadoras do setor elétrico.

Hoje, a categoria urbanitária está empenhada para criar a Confederação Nacional dos Urbanitários (CNU), entidade superior que terá maior amplitude de atuação no Congresso Nacional e no governo federal.

De acordo com a diretora do STIU-DF, Fabiola Antezana, com a CNU os urbanitários terão mais chances de atuar contra medidas que atacam as empresas estatais, além de disputar espaços fechados como o Conselho Nacional de Política Energética. “É um conselho importante e a disputa se dá em patamares superiores”, explica.

Para criar uma confederação são necessárias no mínimo três federações. No caso dos urbanitários, duas já existem. A 3ª está prestes a ser criada, a Federação Interstadual dos Urbanitários (Furcen). Os trabalhadores e trabalhadoras do DF, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins já aprovaram em assembléia a criação.

Não haverá nenhum ônus para a categoria. O que terá é uma reorganização financeira entre sindicatos, federações e confederação, que nada afeta os trabalhadores e trabalhadoras.

1 Por que é importante aperfeiçoar e melhorar as organizações sindicais?

Fabiola – As organizações sindicais, assim como qualquer movimento social, precisam re-visitatar a sua forma de atuação. O mundo do trabalho é dinâmico, a sociedade é dinâmica, as conjunturas se modificam e as organizações sindicais devem acompanhar essas evoluções.

2 Os urbanitários em todo o País estão aperfeiçoando a representação sindical com a criação da Confederação Nacional dos Urbanitários (CNU). O que falta para ela ser criada?

Fabiola – Há toda uma reorganização sendo feita. Dentre elas a criação de entidades regionais, pois, para criar uma confederação precisamos de pelo menos três federações. Para a criação de uma federação são necessários cinco sindicatos. E esse processo está em andamento. A Federação do Nordeste (Frune) já está criada. A de São Paulo (Fitiuesp) em vias de regularização e as demais regiões estão em fase de criação, como é o caso do Centro-Oeste (Furcen), do Norte e do Sul. Além da já existente FNU.

3 Você falou na FNU. Hoje, os trabalhadores



Diretora do STIU-DF, Fabiola Antezana

urbanitários têm essa federação, cuja representação é nacional. Qual é a vantagem de se ter uma confederação?

Fabiola – A FNU tem nos representado nacionalmente de todas as formas possíveis, no entanto, em alguns momentos, ficamos reféns da instituição de grau superior, que é a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI). Tanto no âmbito político quanto no âmbito legal. A configuração da CNTI é muito ampla e não representa a categoria urbanitária. Exemplo disso foi a mudança na Lei da Periculosidade, que foi um retrocesso. E a CNTI fez um trabalho tanto político quanto jurídico para alterá-la. Com uma confederação teremos mais condições de disputar espaços que hoje estão fechados, como o Conselho Nacional de Política Energética. É um conselho importante, e a disputa se dá em patamares superiores ao de uma federação.

4 Então, com a CNU esse cenário tende a se modificar?

Fabiola – Essa é uma das apostas da CNU, uma Confederação que represente de fato a categoria urbanitária, seja do setor elétrico ou saneamento. A CNU terá toda a legitimidade de questio-

nar medidas que ataquem as empresas estatais, como o PLS 555, a MP 688, a transferência das DIT'S, as PPP's do saneamento, enfim. A CNU terá maior amplitude de atuação política e jurídica em sua defesa.

5 Os trabalhadores terão custos adicionais para manter a CNU?

Fabiola – Não haverá qualquer alteração. O que terá é uma reorganização financeira entre sindicatos, federações e confederação, que nada afeta os trabalhadores e trabalhadoras que continuarão contribuindo com suas mensalidades e com o imposto sindical, este último compulsório.

6 Algumas pessoas fazem críticas sobre a importância dos sindicatos. Essa postura reflete o desconhecimento do que representam essas entidades. Isso porque foi por meio da luta sindical, ao longo de séculos, que os trabalhadores e trabalhadoras conseguiram várias conquistas, como a jornada diária de trabalho de 8h, 13º salário, férias e tantos outros direitos. Em sua opinião, é possível retomar esses laços perdidos com esse tipo de trabalhador?

Fabiola – Sim, é possível. Mas não é uma tarefa fácil, pois não se trata apenas de desconhecimento. Há um viés diferente na nova classe trabalhadora que não se organiza pelo coletivo, mas por demandas individuais. Além disso, não podemos desprezar a conjuntura política. Há um ataque frontal e direto a todas as instituições de esquerda. O resgate dos laços teria de passar por um processo de formação, não político partidário, mas sim histórico e organizativo.

7 É verdade que há sindicatos de fachada e que não são sérios. Mas por outro lado, existem muitas outras entidades sindicais e ao que parece, a grande maioria delas, representam os trabalhadores com muita seriedade. Como o trabalhador pode fazer essa distinção?

Fabiola – A distinção se faz na atuação diária, na forma de condução dos processos. Um sindicato sério se pauta pelos anseios de sua base de representatividade. Um sindicato de fachada mal aparece para conhecer sua base. E não se trata de política partidária, mas sim da defesa dos interesses da categoria, do fortalecimento das empresas. Muitas vezes há uma confusão entre estas questões.

CAMPANHA SALARIAL

DATA BASE: Categoria aprova contraproposta da CEB após 18 dias de greve.

Eletricitários não cedem a discurso pessimista da CEB e mantêm ACT

Apesar da inflexibilidade da empresa em atender pauta de reivindicação, a categoria consegue superar obstáculos e fecha acordo razoável. Para dirigente sindical, a categoria saiu vitoriosa do movimento grevista, mas defende que é preciso avançar sempre.

Diante da tentativa da direção da CEB em retroceder com o acordo coletivo de trabalho dos eletricitários, propondo a retirada de benefícios e direitos conquistados por meio da luta e mobilização, sem alternativa, a categoria entrou em greve no dia 9 do mês passado. Após 18 dias com as atividades suspensas, os trabalhadores e trabalhadoras da CEB aprovaram em assembleia a quarta contraproposta apresentada pela Companhia.

A empresa, de forma intransigente, com o discurso da péssima situação econômico-financeira da CEB travou a negociação. Assim, o STIU-DF buscou outros caminhos, com a colaboração de parlamentares e o Ministério Público do Trabalho foi possível avançar e garantir a manutenção do ACT.

A proposta aprovada prevê o acréscimo de R\$ 350,00 a ser pago a todos os trabalhadores, a



Trabalhadores e trabalhadoras na CEB decidem em assembleia por fim a greve.

partir de janeiro/2016. Para os empregados cujo acréscimo gerar percentual maior que o INPC, estimado em 10,36%, resultará em ganho real se o respectivo índice vier a ser pago na totalidade.

Fica garantido, ainda, o abono de R\$ 1.955,36, por meio de dois talonários de tiquete alimentação. Além disso, a proposta mantém a cláusula da Parti-

cipação nos Lucros e Resultados nos termos do ACT 2013/2015, com a retirada do indicador EBITDA.

Outro ponto definido é o compromisso da CEB em negociar, na próxima data-base, as eventuais perdas com relação ao INPC, desde que a empresa alcance os resultados previstos no Plano de transformação, referen-

te a três indicadores econômico-financeiros: Geração Operacional de Caixa, Crescimento da Arrecadação Própria e Dívida Líquida.

A CEB deixou claro, quanto aos indicadores, que todos eles são factíveis de serem alcançados até 1º de novembro de 2016. Eles estão relacionados à melhoria da produtividade, ao resultado da Revisão Tarifária Periódica

A luta e o enfrentamento por melhores condições de trabalho e remuneração não terminam aqui. Com base no atual cenário econômico, a categoria saiu vitoriosa do movimento grevista ao não tolerar a retirada de nenhum direito e benefício do ACT. Porém, é preciso avançar mais.

de 2016 (melhoria da tarifa) e ao processo de desinvestimento em empreendimentos de geração e distribuição de gás. Para o STIU-DF, embora o risco de não alcance destas metas exista, os números afetos aos indicadores apresentados pela diretoria da empresa mostram razoabilidade e coerência.

Para o dirigente sindical, Alairton Faria, a proposta não representa a pauta de reivindicações da categoria, contudo, "houve avanços significativos, posto que, a direção da empresa estava disposta a reduzir, consideravelmente, os benefícios dos Cebianos", destaca.

"A luta e o enfrentamento por melhores condições de trabalho e remuneração não terminam aqui. Com base no atual cenário econômico, a categoria saiu vitoriosa do movimento grevista ao não tolerar a retirada de nenhum direito e benefício do ACT. Porém, é preciso avançar mais", ressalta Alairton.

Houve avanços significativos, posto que, a direção da empresa estava disposta a reduzir, consideravelmente, os benefícios dos Cebianos.

MPT INTERMEDIA NEGOCIAÇÃO



Diretores do STIU-DF e o advogado da entidade sindical participaram de audiência de mediação no Ministério Público do Trabalho. No encontro, a juíza apresentou uma proposta para viabilizar o fim do movimento grevista dos trabalhadores e trabalhadoras da CEB.

CATEGORIA BUSCA APOIO POLÍTICO



No 5º dia de greve, sem avanços na mesa de negociação com a empresa, o STIU-DF buscou apoio do deputado distrital, Ricardo Vale, para intermediar junto ao GDF e a Casa Civil uma solução para o impasse, na tentativa de viabilizar uma proposta que atendessem minimamente os interesses da categoria.

PRIVATIZAÇÃO

NEOLIBERALISMO: Se aprovado, PL do senador José Serra (PSDB-SP) torna o Estado brasileiro micro.

Projeto propõe privatizar todas as empresas públicas do País

Proposta ainda flexibiliza os processos de licitações, dificulta a fiscalização pelos agentes públicos e sociais, proíbe a participação do trabalhador sindicalizado no Conselho de Administração da empresa e torna moroso a construção de empreendimentos no setor elétrico.

Ter o controle de todas as estatais no Brasil. É isso que o setor empresarial pretende com o PL 555/15 do senador José Serra (PSDB-SP). A proposta visa continuar o processo neoliberal iniciado no governo FHC, na década de 90. Mas com o agravante de que as privatizações, desta vez, atingiriam todas as empresas públicas no Brasil, seja em nível federal, estadual, municipal ou distrital.

Especialistas avaliam que seria terrível um cenário de privatização total. Segundo levantamento, cerca de 120 empresas públicas em todo o País podem vir a perder o controle estatal se o PL 555 do Serra for aprovado.

Para o assessor técnico do Se-



nado, Carlos Hetzel, “esse projeto nem é estado mínimo, é estado micro”, ironiza. “Em apenas três meses e seis reuniões no Senado, os defensores do neoliberalismo querem privatizar todo o patrimônio público que restou”, chama atenção.

Outro problema apontado no projeto é a flexibilização dos processos de licitação. De acordo com o advogado e consultor do Senado, Luiz Alberto dos Santos, as licitações seriam flexibilizadas com o projeto do Serra, podendo haver contratações sem licitação. Além disso, a proposta dificulta uma melhor fiscalização pelos

agentes públicos e sociais.

Eletrobras

O setor elétrico também seria afetado. As Sociedades de Propósitos Específicos (SPEs) como as hidrelétricas de Belo Monte, Santo Antônio e Jirau só sairiam do papel com autorização do Legislativo. Dessa forma, deputados e senadores aumentariam o seu poder de barganha na formação dos consórcios para a construção desses empreendimentos. Por exemplo, parlamentares financiados por determinada empreiteira poderiam influenciar para que a

empresa financiadora da campanha dele estivesse na formação das SPEs.

O conselheiro de Administração da Eletronorte, Íkaro Chaves, eleito pelos trabalhadores, também chama atenção para a participação das estatais em novos empreendimentos. “Essa autorização do poder Legislativo pode inviabilizar a participação de empresas públicas na formação das EPEs. Além disso, o princípio da eficiência do Estado seria prejudicado, pois sem agilidade na formação dos consórcios o processo seria muito mais moroso”, explica.

Outro ponto extremamente prejudicial é que o PL 555 impede pessoas com filiação sindical e com experiência inferior a 10 anos no setor de participar dos conselhos de administração das empresas públicas.

Privatizações

Segundo o dirigente sindical da Federação Única dos Petroleiros, João Antônio de Moraes, o acidente com o rompimento de

Essa autorização do poder Legislativo pode inviabilizar a participação de empresas públicas na formação das EPEs.

barragem em Minas Gerais está profundamente ligado à privatização.

Os proprietários da Samarco Mineradora, também são donos da empresa Vale do Rio Doce, privatizada no governo FHC. “Quem quiser que prove ao contrário, mas para mim isso é a égide do lucro fácil e rápido. Quando a Companhia era estatal, nunca houve acidente assim”, lembra.

Na avaliação da deputada Érika Kokay, o projeto possui um forte caráter privatista e não considera o desenvolvimento social. Por isso, os trabalhadores e a população precisam reagir. “Esse projeto do José Serra é o mínimo pra sociedade e o máximo para o setor empresarial”, alerta.

SETOR ELÉTRICO: A organização do sistema brasileiro favorece os grandes consumidores as custas da população.

Por que a energia elétrica no Brasil está tão cara?

Nessa série sobre o valor das tarifas, o jornal Energia Alerta começa com um panorama sobre os principais problemas que tornam a energia elétrica no Brasil uma das mais caras do mundo.

O setor elétrico brasileiro sempre foi um dos mais eficientes do mundo. Possui bacias hidrográficas em todo o território nacional com mais de 61% da geração de energia hidráulica, que é mais barata. Tem um sistema com mais de 100 mil quilômetros de linhas de transmissão todo interligado. Também conta com 74 empresas de distribuição de energia. Um dia, esse complexo sistema foi estatal.

Em três anos de privatização (1995-1998) no setor, durante o governo FHC, mais de 50%



das empresas de distribuição de energia passaram para as mãos de grupos privados. A venda desse patrimônio público, segundo o professor de economia da PUC de Campinas, Carlos Ferreira, gerou uma receita de US\$ 20,8 bi aos cofres dos governos federal e estaduais.

Quando foi proposta para o setor, a privatização visava tornar o mercado de energia

mais competitivo. Coisa que não aconteceu. Pior, a qualidade do serviço onde houve privatização também caiu consideravelmente. Outro ponto crucial foi o aumento absurdo no valor das tarifas. Isso graças ao modelo mercantilista adotado no sistema, desde então.

Na avaliação do coordenador do Movimento dos Atingidos por Barragens, Joceli Andrioli, a privatização trouxe grandes sequelas ao setor elétrico. “No início dos anos 90, a energia era extremamente barata, por isso a população não discutia em casa o valor da conta de luz. Com a privatização, houve a individualização dos agentes de energia. Antes era uma empresa, agora são mais de 1.350 agentes”, explica.

Andrioli aponta também

o problema de se organizar o sistema elétrico para o mercado livre. “A privatização também beneficiou esses consumidores livres, que são cerca de 600 grandes consumidores que pagam mais barato pela energia. Por isso acabam sendo beneficiados as custas dos consumidores residenciais”, esclarece.

A privatização também precarizou o serviço prestado no setor elétrico. A terceirização foi crucial para afetar a qualidade da energia no Brasil. “Um dos colapsos vivido no setor elétrico hoje é o aumento da terceirização em virtude da privatização”, aponta Andrioli. A cada cinco mortes no setor elétrico, quatro são de trabalhadores terceirizados.

Empresas internacionais também se favoreceram com a privatização. Os lucros que

No início dos anos 90, a energia era muito barata, por isso a população não discutia a conta de luz.

elas adquirem aqui no Brasil são remetidos ao exterior sem gerar desenvolvimento ao País. “Toda a geração de lucro pelos trabalhadores é apropriada pela iniciativa privada, como a Duke Energy e AES Corporation dos Estados Unidos e tantas outras multinacionais que remetem 100% dos seus lucros às matrizes, sem retornar esse investimento ao Brasil”, destaca. “Por isso é preciso reformular esse sistema”, defende Andrioli.

VISÃO DO STIU-DF

PRIVATIZAR, NÃO: É preciso defender, fortalecer e manter as empresas estatais públicas.

As catástrofes da privatização

Da lama ao caos. Antes da Vale do Rio Doce ser privatizada, o Brasil nunca tinha tido um acidente de tamanhas proporções na área de mineração. Dois crimes que estão a espera de punições.

A privatização do patrimônio público é sempre de interesse de poucos. O grupo empresarial que compra a estatal é o único beneficiado de fato, pois terá lucro rápido e fácil. Para a população ficam os péssimos serviços prestados e as altas tarifas. É a lógica do maior lucro com o menor investimento. Mesmo que para isso se coloque em risco vidas humanas e o meio ambiente.

O rompimento das barragens da mineradora Samarco, controlada pela privatizada Vale do Rio Doce, evidencia duas catástrofes. Uma é o descaso da empresa que falhou na realização da manutenção da barragem. De certo, para reduzir custos.

O resultado desse absurdo foi a total destruição dos povoados de Mariana, com municípios próximos inundados, várias mortes e feridos, além do extermínio de animais e plantas no Rio Doce, devido à contaminação da água com resíduos tóxicos da mineração. Isso sem contar os



prejuízos incontáveis das atividades econômicas desenvolvidas ao longo do rio.

A outra catástrofe foi a privatização da Vale do Rio Doce. Ao ser vendida em 1997 a maior produtora de minério de ferro do mundo foi subvalorizada e entregue ao setor privado por apenas R\$ 3,3 bi, quando na verdade valia R\$ 93 bi em 1996, segundo auditores do governo e privados. E o mais estarrecedor, a empresa foi comprada com financiamento público.

Antes da privatização, o Brasil nunca tinha tido um acidente de tamanhas proporções na área de mineração.

Fatos em comum

Em todas as empresas privatizadas há uma série de coisas em

comum, como a baixa prevenção de acidentes, pouca manutenção preventiva, aumento dos acidentes de trabalho (mutilações, queimaduras, fraturas e mortes), baixa qualidade no serviço prestado à população, alta terceirização, redução do quadro próprio de trabalhadores, baixos salários, redução de direitos nos ACTs e alta rotatividade. Sempre com a lógica do lucro máximo com o menor custo operacional.

O principal objetivo das privatizações no Brasil era reduzir ao máximo o papel do Estado. O que é uma grande contradição, pois o seu papel é servir ao povo e as estatais têm uma importância fundamental na execução de políticas públicas.

As privatizações sempre começam com o sucateamento das estatais. Em seguida vem

a tentativa de desconstrução da imagem da empresa pública na sociedade. E a mídia dá a sua contribuição, ao transmitir a impressão de que a empresa não é sustentável. Dessa forma, a única saída parece ser a venda da empresa. E quando acontece, é com valores totalmente rebaixados em relação ao mercado. Como foi com Vale, Siderúrgica Nacional, Usiminas, grupo Telectras, Embraer, toda a geração da Eletrosul, várias distribuidoras, ONS, bancos estaduais, companhias de saneamento, além de outras estatais federais e estaduais.

Mesmo com esse péssimo histórico, ainda há várias propostas de privatizações no Congresso Nacional e na Câmara Legislativa. São eles o PLS 555/15 (que cria o estatuto das estatais), o PL 131/15 (que muda o sistema de concessão da Petrobras), e como foi o PL 467/15 (que permitiria a venda de ações das estatais do DF) e o PL 738/15 (que possibilitaria ao GDF colocar ações da CEB, Caesb e BRB como garantia).

Setor elétrico

No setor elétrico precisamos lutar pela mudança do modelo de

O Brasil precisa de um Estado a serviço do povo e controlado pelo povo. Isso é a garantia de estatais fortes e sustentáveis.

setor. Queremos um modelo que atenda aos interesses do povo e não do mercado livre. Com o modelo atual, as tarifas podem aumentar sucessivamente como aconteceu em 2015.

Neste momento, o governo de Goiás e governo federal têm interesse em vender as empresas distribuidoras do grupo Eletrobras, começando pela CELG. Não podemos permitir esse retrocesso para os celguitanos e muito menos para o povo goiano.

O STIU-DF defende a manutenção, fortalecimento e defesa das nossas empresas estatais públicas. Além disso, a reestatização das empresas que foram privatizadas e o retorno das ações vendidas para o poder público.

O Brasil precisa de um Estado a serviço do povo e controlado pelo povo. Isso é a garantia de estatais fortes e sustentáveis.

OPINIÃO

MP 680 e o “jabuti” do negociado sobre o legislado

Por Samuel Monteiro*



As últimas quatro décadas foram responsáveis por ocasionar profundas alterações no mundo do trabalho. Com o advento da reestruturação produtiva da economia, a partir da crise do petróleo na década de 1970, reforma dos Estados, e o neoliberalismo, o conflito capital-trabalho intensificou-se, propiciando a precarização das relações de trabalho para manter a taxa de lucro dos países centrais.

A atual conjuntura econô-

mica tem profunda relação com crises econômicas anteriores, dado que em tempos de crise muitos argumentos são usados para promover ajustes a fim de manter o equilíbrio fiscal. Ao contrário do que é dito, essa é uma ideologia para, reverter e retirar conquistas trabalhistas e direitos sociais.

Recentemente, o exemplo mais polêmico disso é a proposta do deputado Daniel Vilela (PMDB-GO), relator da Medida Provisória 680 (sobre o Programa de Proteção ao Emprego – PPE), que incluiu um retrocesso sem precedentes às conquistas trabalhistas em seu relatório, com a inclusão

do parágrafo 3º a MP 680, onde o negociado prevalece sobre a lei. A proposta se assemelha ao PL 5.483/01, apresentado pelo governo FHC, e que foi considerada pelo movimento sindical na época, como tentativa de implementar um dos maiores golpes na classe trabalhadora.

A razão em que está ancorada a defesa do cerceamento de direitos trabalhistas parte de um falso dilema, o binômio recrudescimento do desemprego versus a flexibilização de direitos trabalhistas, que trariam novamente o crescimento econômico, o aumento da competitividade no mercado, e, consequentemente,

a geração de novos postos de trabalho. Todavia, se analisarmos o último período essa tese não se sustenta-foi justamente o contrário- pois a flexibilização dos direitos trabalhistas não gera empregos. O que ajudou de maneira substantiva a geração de empregos e fortalecimento da economia- dentre outras medidas- foi a política de valorização do salário mínimo.

O ponto nevrálgico dessa proposta é um só: rasgar a CLT, ao afirmar que as “condições de trabalho ajustadas mediante convenção ou acordo coletivo de trabalho prevalecem sobre o disposto em lei”. Felizmente, no dia

14.10.2015 deputados retiraram do texto o item mais polêmico: a possibilidade do negociado prevalecer sobre o legislado, e no dia 29.10.2015 a matéria foi remetida à sanção presidencial.

Dado o exposto, é imprescindível que os trabalhadores mobilizem-se em torno da garantia de seus direitos, pois eles devem ser ampliados e não retirados. O que pretende o negociado sobre o legislado é eliminar a proteção do Estado no campo laboral, enfraquecer e fragmentar a luta sindical, de modo a permitir que a lógica do cada um por si impere.

*Samuel é sociólogo do Dieese

SETOR ELÉTRICO

PRIVATIZAÇÃO: Embora haja grande esforço para travar a venda dos ativos, CELG permanece no PND.

O alvo agora são as distribuidoras de energia elétrica

Para dirigente sindical do STIU-DF, há uma “tarefa” de setores retrógrados do governo para privatizar, a qualquer custo, o que resta das empresas estatais.

A deliberação pela prorrogação das concessões das distribuidoras de energia elétrica é um êxito para a categoria elétrica e entidades sindicais. No entanto, com o objetivo de gerar receita para o Tesouro Nacional, o governo vem adotando medidas para a venda imediata dos ativos das empresas estatais.

A distribuidora de energia do Goiás, a CELG, na mira da privatização, é uma das sete empresas do Grupo Eletrobras que podem passar pelo processo licitatório. Embora haja grande esforço para

travar a venda dos ativos da empresa, a CELG permanece no Plano Nacional de Desestatização (PND).

O leilão, previsto para acontecer em novembro, atrasou devido à mobilização de movimentos sociais e sindicatos e, também, por conta de burocracias e tramitações do processo. Entretanto, a Eletrobras aponta como certo a entrega de mais um patrimônio público ao capital privado.

No dia 28 deste mês acontece a Assembleia Geral dos Acionistas do Grupo Eletrobras onde será discutida a adoção de providências imediatas para a venda do controle acionário, até o final de 2016, das distribuidoras controladas pelo grupo nos termos da legislação aplicável ao Plano Nacional de Desestatização.

Para o dirigente sindical do STIU-DF, David Oliveira, há uma “tarefa” de setores retrógrados do governo para privatizar a qualquer custo o que resta das empresas estatais. “Atualmente, no setor elétrico, o processo de desestatização se deu com o leilão das usinas de geração que não aceitaram participar da renovação antecipada das concessões em 2013, a maior parte foi entregue para o capital privado e estrangeiro. Agora, o alvo são as distribuidoras, empresas estratégicas pela sua alta lucratividade”, destaca David.

Ele aponta, também, como ameaça ao patrimônio público, o Projeto de Lei do Senado 555/2015, de autoria do senador José Serra, PSDB-SP, que determina que todas as empresas estatais

abram seus capitais e coloquem em circulação, pelo menos, 25% de suas ações, exclusivamente sob a forma de ações ordinárias, no prazo de dois anos após a promulgação da lei.

Em nota, a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) destaca que apesar do cenário econômico adverso pelo qual o setor elétrico passou nos últimos dois anos, o setor de distribuição de energia elétrica tem apresentado resultados positivos.

A FNU pontua ainda que esses resultados podem ser explicados, de um lado, pelas medidas de “socorro” ao setor, adotadas pelo governo federal em 2014 e pela política setorial de “realismo tarifário” em 2015. Até o mês de setembro houve um aumento acumulado de cerca de 50% nas

A maior parte das geradoras foi entregue para o capital privado e estrangeiro.

tarifas de energia elétrica. Além disso, o consumo de energia se manteve em patamares elevados.

Assim, vale destacar que, as empresas do setor elétrico tem sido estratégicas para o crescimento econômico e social do país. Entregar as estatais ao capital privado e estrangeiro é abrir mão da soberania energética, além de permitir a precarização das relações de trabalho, com demissões em massa, ampliação da terceirização e, conseqüente, perda de direitos e benefícios da classe trabalhadora.

SOCIEDADE: Capitalismo está na sua fase mais destrutiva, avalia especialista.

Estratégia das forças conservadoras é sufocar a classe trabalhadora

Avanço do neoliberalismo, arrocho salarial, venda de estatais e licitação de bens públicos. Essas são as estratégias das elites empresariais na crise brasileira.

Lutar contra o avanço do conservadorismo no Brasil. Esse foi o principal foco do 21º Curso Anual do Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC) realizado no Rio de Janeiro no fim de novembro. Centenas de dirigentes e jornalistas de entidades sindicais de vários estados, entre elas o STIU-DF, participaram de grupos de debate sobre política, economia e mídia.

Uma das propostas do curso era fazer frente à onda conservadora que ganha força na sociedade, especialmente com o apoio de setores empresariais da indústria, sistema financeiro, movimentos de extrema direita no Brasil e agentes internacionais com interesses na economia brasileira.

Na avaliação do professor da Universidade do Estado da Bahia, Milton Pinheiro, a política cen-



Dirigentes participam do 21º Curso Anual de Comunicação.

tral que as forças conservadoras querem colocar em prática no País é o arrocho salarial da classe trabalhadora para que as elites financeiras possam voltar a se capitalizar, acumulando ainda mais riqueza.

Pinheiro lembra que nos últimos 12 anos os trabalhadores além da inflação tiveram ganhos reais. Além disso, houve uma forte valorização do salário mínimo. “Agora, essa elite quer a volta do neoliberalismo para congelar salários, vender empresas estatais e licitar bens públicos para que os seus rendimentos possam voltar a aumentar”, explica.

Na prática, é exatamente

isso que os trabalhadores e trabalhadoras do setor elétrico estão passando. Em Brasília, por exemplo, a CEB não queria pagar nem a reposição da inflação e ainda pretendia retirar direitos da categoria. Além disso, só este ano, é a 2ª vez que o governo Rollemberg tenta vender ações da empresa. E só não conseguiu devido à mobilização e pressão da classe trabalhadora.

“O governo, que se diz socialista, quer arrochar o trabalhador e retirar direitos. O que não entendemos, e nem vamos entender, é que para nós sempre é dado a desculpa que está faltando dinheiro, mas para a terceiriza-

ção e para verba de publicidade do GDF nunca falta”, destaca o diretor do STIU-DF, Victor Frota, que participou do curso.

Para o professor da Unicamp, Ricardo Antunes, esta é a fase mais destrutiva do capitalismo. Segundo ele, o setor produtivo quer “destruir a força de trabalho, que está sendo precarizada com a terceirização”.

Ditadura militar

As manifestações pela volta da ditadura militar também foram alvo de análise. Na avaliação do professor da Universidade Federal do Rio, Pinguelle Rosa, enquanto a direita politiza os protestos, os capitalistas estão ganhando rios de dinheiro com os juros altos.

Ao fazer um retrospecto histórico para explicar a atualidade, o integrante do Memorial da Resistência IIEP, Sebastião Neto, destacou que o aparato estatal que vivemos hoje é o que restou de 1985.

“A pactuação da transição da ditadura foi fundamental para

a elite brasileira. Ela conseguiu manter a impunidade aos torturadores, a Lei de Segurança Nacional, a polícia que continua matando pessoas sem passagens pela polícia, fazendo uma limpeza étnica da população jovem negra, a Justiça de classe que pune exemplarmente uns e absolve outros com evidentes provas, assim como o parlamento que responde aos interesses do setor empresarial e vende seu voto ao Executivo”, aponta Neto.

Homenagem

Revolucionário da comunicação popular, Vito Giannotti foi o homem que virou semente. Ele não foi sepultado, foi plantado para que dele nasçam novos guerreiros.

Vito foi um dos fundadores do NPC. Ele e sua companheira, Cláudia Giannotti, ajudaram na construção do jornal do STIU-DF. O diretor da entidade sindical, Carlos Campos, prestou homenagens a Vito e destacou o papel fundamental dele na reformulação da comunicação do Sindicato.

CULTURA

FESTIVAL: Programação conta com a realização de oficinas e debates.

4º Curta Brasília

Com programação gratuita, o Cine Brasília promove, no mês de dezembro, festival com exibição de 122 filmes.

A quarta edição do festival de curta-metragem de Brasília acontece de 17 e 20 de dezembro. Neste ano serão exibidos, no Cine Brasília, 122 curtas-metragens, entre produções nacionais e internacionais. A programação do evento conta também com a realização de oficinas e debates.

O conceito do Curta Brasília é norteado pela inovação e pela qualidade da programação, o que levou ao festival mais de 20 mil pessoas ao longo das edições anteriores, firmando o evento no calendário cultural da cidade e no circuito nacional de festivais de cinema.

O festival pretende ainda tra-



zer a pluralidade e a diversidade presentes nos curtas-metragens mostrando, dessa forma, o grande panorama do que está sendo pensado, produzido e registrado por meio do olhar dos cineastas da capital do Brasil e de todo o País.

O 4º Curta Brasília tem duas mostras competitivas, uma com

15 videoclipes e outra com 30 curtas brasileiros. Muitos deles inéditos em Brasília. Outros curtas que já foram premiados em festivais como Gramado, Cannes e no Festival de Brasília. Os curtas em competição foram escolhidos entre 872 inscritos (número recorde entre as quatro edições do festival), de 25 estados e do DF.

No elenco dos curtas estão nomes conhecidos, como Matheus Nachtergaele, Gero Camilo, Rosanne Mulholland, Murilo Grossi, Andrade Jr, Paulo Miklos, Otto e participações de Laerte, Tom Zé, Selton Mello, dentre outros. A mostra de videoclipes conta com músicas de grandes artistas brasileiros contemporâneos, como Bnegão, Céu, Marcelo Jeneci, Ana Cañas e a banda O Terno.

VER

AS DUAS GUERRAS DE VLADO HERZOG



AUDÁLIO DANTAS

O ponto de partida da obra é a saga da família Herzog em sua fuga da Iugoslávia, para longe do horror da guerra que despedaçava a Europa e perseguia cruelmente os judeus. A segunda guerra de Vlado foi no Brasil, País no qual se refugiou em busca de paz. O autor reconstituiu os últimos momentos de vida de Vlado Herzog nos porões do DOI-CODI, onde foi torturado e assassinado. Esse trágico episódio marcou para sempre a história dessa família e a luta política no País para o retorno da democracia.

O QUE VAI PELO BRASIL

■ EDUCAÇÃO

Em outubro, o governo de São Paulo, Geraldo Alckimin, anunciou proposta de "reorganização" do ensino público no estado. Por isso, centenas de escolas foram ocupadas por estudantes, pais de alunos e professores contra a mudança pretendida pelo governador. A medida tem dois objetivos, fechar escolas públicas para reduzir as verbas destinadas à educação e favorecer empresários de escolas privadas. Com a municipalização do ensino fundamental, parcerias público-privada na gestão escolar poderão ser implementadas. A iniciativa pretende fechar 94 escolas. Devido a grande polêmica causada, inclusive com repressão policial, Alckimin recuou e disse que as mudanças ficarão para 2017 e não mais para 2016.

■ LAMA DA SAMARCO

O governo federal e os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo vão processar a Samarco e as empresas Vale do Rio Doce e BHP Billiton para que indenizem os estados em R\$ 20 bilhões. O recurso servirá para cobrir as despesas de recuperação dos danos e revitalização das áreas atingidas pela tragédia na região com o rompimento da barragem de rejeitos de mineração no município de Mariana. O acidente resultou no despejo de mais de 50 toneladas de lama ao longo de 850 quilômetros do Rio Doce nos dois estados.

■ JORNALISMO ALTERNATIVO

Para proporcionar às camadas populares o acesso a fatos e acontecimentos da conjuntura brasileira, a partir de uma visão baseada nos princípios éticos humanitários, foi lançado na Rodoviária do Plano Piloto, no dia 4 deste mês, a primeira edição impressa do Jornal Brasil Popular. O Jornal será de distribuição gratuita e inicialmente semanal.

De 17 a 20 de dezembro

Entrada franca

Confira programação no site

WWW.

curtabrasilia.com.br

Sugestão de pauta

Envie sugestão de temas e assuntos que você gostaria de ver em nossas próximas edições. Estamos com um novo canal de comunicação.

WhatsApp: (61) 9144-8075

E-mail: comunicacao@stiudf.org.br

O QUE VAI PELO MUNDO

■ ARGENTINA

Com menos de três pontos percentuais de diferença, a eleição presidencial na Argentina realizada no final de novembro terminou com a vitória do neoliberal Mauricio Macri. Ele assume a presidência no dia 10 de dezembro, depois de 12 anos de kirchnerismo. O novo presidente terá apenas 91 dos 129 deputados necessários para aprovar leis, assim como possuirá 15 dos 37 assentos no Senado para garantir a aprovações de matérias no Congresso.

■ GRÉCIA

Os principais sindicatos do país realizaram, no dia 3, a segunda greve geral de 24h desde que o partido de esquerda Syriza, do primeiro-ministro, Alexis Tsipras, assumiu a presidência do país em janeiro deste ano. Em ambos os casos, movimentos sociais expressaram descontentamento com os cortes orçamentários em áreas sociais e também com a reforma da previdência. Medidas de austeridade foram acordadas há cerca de três meses entre Alexis Tsipras e os credores europeus para um 3º resgate financeiro no valor de até 86 bilhões de euros a serem pagos em parcelas nos próximos três anos.

■ ESTADOS UNIDOS

Pelo menos 26 dos 50 estados norte-americanos, quase todos sob controle político republicano, se negaram a acolher refugiados sírios após os atentados que ocorreram no mês passado, em Paris. No entanto, vários estados estadunidenses liderados por governadores democratas garantiram que as suas portas continuam abertas para os refugiados que fogem do conflito na Síria. Os Estados Unidos reafirmaram que irão manter o plano para acolher 10 mil refugiados sírios até o ano que vem.